



MINISTÉRIO DA CIDADANIA – MC
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**281^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social - CNAS**

Ata da ordem do dia 19 a 21 de novembro de 2019

Brasília – DF

MINISTÉRIO DA CIDADANIA – MC
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 281ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF.

Data: 19 a 21/11/2019

1 Dos dezanove a vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e dezanove realizou-se a 281ª
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação Conselheira
3 Titular Aldenora Gomes González, Representante do Instituto EcoVida. Estiveram presentes os
4 seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheiro Suplente Marcos Maia Antunes,
5 Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Maria Yvelonia dos Santos
6 Araújo Barbosa, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Solange
7 Teixeira, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Suplente Mirian da Silva
8 Queiroz Lima, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Vitória Batista
9 Silva, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheiro Suplente Márcio Fernandes
10 Maurício, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Suplente Mariana de Sousa
11 Machado Neris, Representante do Ministério da Cidadania – MC; Conselheira Titular Célia Maria
12 de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado da
13 Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Suplente Aline Araújo Silva, Representante do Fórum
14 Nacional dos Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Titular
15 Vanda Anselmo Braga dos Santos, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais
16 de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheiro Suplente Josenildo André Barboza,
17 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –
18 CONGEMAS; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da CAPEMISA
19 - Instituto de Ação Social; Conselheira Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da
20 Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA;
21 Conselheira Titular Sandra Regina Ferreira Barbosa, Representante da Federação Nacional dos
22 Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF; Conselheira
23 Suplente Vânia Maria Machado, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI;
24 Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos
25 Trabalhadores em Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT; Conselheira Titular Margareth Alves
26 Dallaruvera, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; Conselheira

27 Suplente Ana Lúcia Soares, Representante da Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais –
28 ABRATO; Conselheira Titular Aldenora Gomes González, Representante do Instituto EcoVida;
29 Conselheira Suplente Tathiane Aquino de Araujo, Representante da Rede Nacional de Pessoas
30 Trans do Brasil – REDTRANS; Conselheira Titular Solange Bueno, Representante do Fórum
31 Nacional dos Usuários do SUAS; Conselheiro Suplente Aguinaldo Umberto Leal, Representante do
32 Fórum Regional dos Usuários do SUAS da Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR; Conselheiro
33 Titular Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil –
34 ONCB; Conselheira Suplente Jani Betânia Souza Capibaribe, Representante da Associação
35 Brasileira de Autismo – ABRA. **ABERTURA 19/11/2019:** A Conselheira Maria Yvelonia dos
36 Santos Araújo Barbosa, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e
37 Representante do Ministério da Cidadania – MC, iniciou a reunião cumprimentando a todos e
38 informou que a Presidente ainda está a caminho, entretanto, devido ao adiantado da hora dará início
39 ao Painel: “Institucionalização de normativas, protocolos e instrumentos que regulem a relação do
40 SUAS com o Sistema de Justiça”. Explicou que serão realizados alguns relatos de experiências e
41 agradeceu a presença de todos os convidados, passando a palavra para a Coordenadora da Comissão
42 de Política de Assistência Social. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Representante da
43 Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS, cumprimentou os presentes e afirmou que
44 esse tema é bastante importante e caro para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS,
45 explanando que existe uma grande expectativa da sociedade brasileira em relação ao resultado dessa
46 discussão. A Vice-Presidente Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa deu continuidade aos
47 trabalhos, informando que nesse momento serão apresentadas as experiências do SUAS com o
48 Sistema de Justiça. A Sra. Liliane do Carmo Neves, Coordenadora Técnica da Diretoria de Relação
49 com o Sistema de Garantia de Direitos da Subsecretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar
50 e Cidadania de Belo Horizonte/MG, cumprimentou a todos e arrazoou que a Subsecretaria de
51 Assistência Social do município vem desenvolvendo algumas atividades e ações para sanar algumas
52 dificuldades enfrentadas na relação do SUAS com o Sistema de Justiça baseadas nas funções
53 objetivas e nas garantias afiançadas do SUAS. Apresentou os eixos estruturantes da Política
54 Nacional de Assistência Social que possuem a intersetorialidade com a rede socioassistencial, com
55 os demais órgãos setoriais e demais políticas e com a relação institucional com os órgãos do
56 Sistema de Justiça. Explanou que observaram que existe uma confusão e uma necessidade de
57 aprimorar as informações sobre o papel do SUAS na garantia de direito dos seus usuários,

58 destacando que Belo Horizonte/MG vem recebendo boa parte das requisições e das ordens judiciais
59 fora o escopo do SUAS, exemplificando-as. Discorreu que a falta de diálogo traz algumas
60 consequências que devem ser consideradas, como: a exigência de realização de atividades pelos
61 profissionais que não estão condizentes com as suas atribuições; quebra da confiança e rompimento
62 de vínculos do técnico com os usuários; desorganização dos serviços; comprometimento dos
63 recursos financeiros, materiais e humano; desvio de função profissional; fragilização ética, política
64 e profissional; e priorização de demandas judiciais em detrimento das demandas ordinárias dos
65 serviços socioassistenciais. Relatou que foram elaboradas algumas estratégias tendo em vista todas
66 essas questões apresentadas e que observaram a importância de qualificar as ações institucionais e
67 interinstitucionais dos serviços do SUAS, do Sistema de Garantia de Direitos e do Sistema de
68 Justiça; de intervir nas relações conflitivas; de estabelecer um canal direto de comunicação e de
69 diálogo com os profissionais do Sistema de Justiça; e de formalizar respostas oficiais do motivo de
70 atender ou não as demandas encaminhadas. Expôs as seguintes estratégias elaboradas: criação da
71 Diretoria de Relação com o Sistema de Garantia de Direitos - DRGD na Subsecretaria de
72 Assistência Social; publicação da Instrução Operacional nº 4/2019, que dispõe sobre orientações
73 acerca do desenvolvimento de ações, atividades e procedimentos organizadores do fluxo de
74 respostas as demandas encaminhadas à Subsecretaria de Assistência Social/SUAS pelo Sistema de
75 Justiça e outros órgãos de defesa e garantia de direitos; criação da Mesa de Diálogo do SUAS com
76 os órgãos que compõe o Sistema de Justiça e o Sistema de Garantia de Direitos; publicação da
77 Instrução Operacional, que estabelece o fluxo com a Defensoria Pública da União – DPU; ações
78 sistemáticas de apoio técnico aos gestores e às equipes técnicas do SUAS com todas as questões que
79 permeiam a relação do SUAS com o Sistema de Justiça; elaboração de caderno de orientações para
80 criação dos relatórios técnicos socioassistenciais em parceria com o Conselho Regional de
81 Psicologia - CRP, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e o Fórum
82 Municipal dos Trabalhadores do SUAS; inclusão de perguntas frequentes; criação de *link* no sítio da
83 Prefeitura de Belo Horizonte/MG para divulgação das discussões da Mesa de Diálogo do SUAS e
84 da DRGD; monitoramento do prazo de resposta ao Sistema de Justiça; e criação de um sistema de
85 informação específico para controle das demandas recebidas. Elucidou que, com a instalação da
86 Mesa, estão sendo demandados pelo Sistema de Justiça para participar das discussões dos grupos de
87 trabalho como das audiências de custódia e informou que trouxe as seguintes contribuições para o
88 CNAS: transformar a Nota Técnica nº 2 da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS em

89 uma resolução do CNAS e em um decerto do Ministério da Cidadania - MC; estabelecer um
90 protocolo entre os Ministérios da Cidadania, dos Direitos Humanos, da Justiça e da Saúde sobre o
91 fluxo das denúncias do Disque 100 e 180; e elaboração de orientação conjunta do CNAS com o
92 Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, o Conselho Federal de Psicologia – CFP e a SNAS
93 sobre os relatórios técnicos do SUAS. Salientou que estão a disposição, inclusive, para agendar
94 visitas ao município e agradeceu pela oportunidade para apresentar a sua experiência. A
95 Conselheira Aldenora Gomes González, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social –
96 CNAS e Representante do Instituto EcoVida, cumprimentou a todos e justificou o seu atraso, dando
97 sequências nas apresentações das experiências. O Sr. Tadeu Átila Mendes, Chefe de Departamento
98 de Assistência Social da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Paraná - PR,
99 cumprimentou os presentes e salientou que a justiça é a base de toda sociedade. Contextualizou que
100 o estado do Paraná trabalha em quatro grandes eixos na Secretaria da Justiça, Família e Trabalho
101 (Eixo I – Justiça e a Garantia de Direitos; Eixo II – Assistência Social; Eixo III – Sistema
102 Socioeducativo; Eixo IV – Trabalho). Discorreu que conseguiram criar 65.000 novas vagas de
103 trabalho no estado e produzir alguns aplicativos para facilitar a integração entre o trabalhador com a
104 questão social e o desenvolvimento, apresentando-os. Acrescentou que foram trabalhadas parcerias
105 com instituições e que foi instalado um plano de geração de mais direitos no estado, o que tem
106 gerado um diálogo constante com a sociedade. Arrazoou que foi criada a “Força Tarefa: Infância
107 Segura” para prevenção e combate dos crimes contra crianças e informou que possui 40 novas
108 adesões e 38 municípios trabalhando o Programa Criança Feliz. Comentou que foram
109 implementados novos programas, como o Família no Parque, o Disque Idoso e o Passe Livre
110 Intermunicipal. Com relação à Assistência Social, explanou que buscaram aprimorar os Centro de
111 Referência e Assistência Social - CRAS e os CREAS e afirmou que o estado está com todos os
112 repasses regulares. Relatou sobre as ações e os programas para garantir os direitos às mulheres e o
113 atendimento socioeducativo e salientou que a relação com o Sistema de Justiça parece conflituosa,
114 porém, afirmou que buscam realizar um trabalho de forma integrada. A Presidente Aldenora Gomes
115 González agradeceu pela apresentação e solicitou que seja considerado o fortalecimento dos fóruns
116 já existente dentro do planejamento, passando a próxima apresentação. A Profa. Denise Colin,
117 Representante do Ministério Público do estado Paraná – MP/PR, cumprimentou a todos e agradeceu
118 pelo convite realizado. Ilustrou que a Política Pública de Assistência Social se coloca como uma
119 resposta qualitativa do Estado para as situações de vulnerabilidade e risco e observou que o Sistema

120 de Justiça possui uma especificidade e o Sistema de Políticas Públicas outra, sendo que o Sistema
121 de Justiça é composto por órgãos independentes com funções específicas e com autonomia de
122 interpretação e o SUAS possui um alinhamento único para toda sua política pública. Ponderou que é
123 necessário estabelecer as negociações no âmbito dos respectivos conselhos do Sistema de Justiça e
124 posteriormente realizar a implementação e a adequação com a realidade de funcionamento em cada
125 estado. Compreendeu que ainda existe a percepção de uma precária interação das áreas e
126 manifestou que a função do Poder Judiciário é representar o Estado na aplicação das leis, visto que
127 o Ministério Público é uma instituição permanente e essencial dessa função, mas é incumbido da
128 defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais
129 indisponíveis. Explicou que a Defensoria Pública atua na prestação da orientação jurídica e da
130 garantia de direitos para a população que não possui condições financeiras de contratar uma
131 representação de advogado para as suas respectivas causas e que, o SUAS é unificado,
132 descentralizado e participativo e suas normativas e suas estruturas têm o poder de orientação para
133 todos os entes federados, ofertando um conjunto de serviços, de programas, de projetos e de
134 benefícios. Complementou que existe um fundo público que financia o repasse na área da
135 Assistência Social e uma forte diretriz de participação e de controle social com contribuições
136 externas. Intuiu que é necessário conseguir aliar as funções de cada órgão e de cada serviço e as
137 atribuições de cada equipe técnica com a demanda de cada usuário e relatou sobre as atribuições da
138 equipe técnica do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Assistência Social
139 no estado do Paraná. Ponderou que será necessário realizar uma articulação com o Ministério da
140 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em relação aos disque denúncias, explanando que o
141 Ouvidor-Geral desse ministério já esteve em reunião com o Conselho Nacional dos Procuradores-
142 Gerais de Justiça propondo termos de cooperação e o encaminhamento direto dessas denúncias.
143 Informou que foi realizada uma reunião com o Poder Executivo no estado do Paraná e será definida
144 uma articulação em conjunto, salientando que seria importante que os disque denúncias tratassem as
145 denúncias. Expôs a relação de todos os instrumentais utilizados pelo Sistema Justiça e pela Política
146 de Assistência Social e algumas sugestões de fluxos e compreendeu que existem muitas questões a
147 serem superadas, principalmente, conseguir aprimorar os parâmetros nacionais de orientação do
148 trabalho de cada um dos órgãos para efetivar a função de garantia de direitos. A Vice-Presidente
149 Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa agradeceu pela apresentação e enfatizou que estarão
150 subdivididos em comissões no período da tarde, sendo que a Comissão de Política de Assistência

151 Social continuará debatendo esse tema. Dando sequência, o Sr. Jairo Pisol, Representante do
152 Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, cumprimentou a todos e entendeu que é
153 necessário buscar regras gerais que harmonize o Judiciário e a Assistência Social, o que gera um
154 grande grau de dificuldade por envolver questões específicas, o sistema de competências funcionais
155 e o exercício da regulamentação. Discorreu que a tarefa será estabelecer regras muito gerais e
156 pontuou que é necessário ter clareza que a política pública efetiva-se pela gestão, sendo que existe a
157 percepção de que a intervenção judiciária traz um ganho de irracionalidade no SUAS impactante.
158 Alegou que o órgão judicial tem que ter uma capacidade de discernimento grande entre a
159 ingovernabilidade e o desgoverno e que a judicialização deve ser evitada ao máximo, uma vez que a
160 política pública é um sistema e judicialização é casuística. Postulou que o gestor precisa entender
161 que, com o advento social da democracia, o papel de elaboração de direito no âmbito das e pelas
162 políticas públicas saiu do legislativo e foi para o executivo e observou que a questão da garantia
163 individual do direito social está muito mal pensada no Brasil, entendendo que é inadmissível tutelar
164 um direito ofendendo-o. Explanou que o problema das decisões judiciais é trazer uma autoridade
165 para quem não tem todas as atribuições demandadas para execução setorial da política, gerando
166 sentenças judiciais não executadas. A Sra. Rosana Viegas, Representante do Conselho Nacional do
167 Ministério Público – CNMP, cumprimentou os presentes e complementou que é salutar a
168 disseminação do conhecimento, destacando a importância do CNMP propiciar uma discussão
169 transversal, intersetorial e interinstitucional aos estados. A Sra. Lígia Prado da Rocha, Defensora
170 Pública Federal – DPU, cumprimentou a todos e esclareceu que existe um Sistema Judiciário
171 complexo no Brasil, que traz uma dificuldade de entendimento em relação às demandas
172 encaminhadas. Informou que a DPU não possui gerência nas defensorias dos estados e que está
173 sendo elaborado um termo de cooperação com a SNAS para começar a pensar em diálogos e
174 garantir que os servidores da Assistência Social conheçam o trabalho da Defensoria Pública.
175 Salientou que nem todas as defensorias dos estados possuem uma equipe técnica robusta e explanou
176 que estão buscando mais soluções extrajudiciais. Solicitou que sejam convidados mais vezes para as
177 discussões, inclusive, para participar do Conselho. A Vice-Presidente Maria Yvelonia dos Santos
178 Araújo Barbosa agradeceu pelas contribuições e afirmou que o CNAS está à disposição para
179 continuar o diálogo, passando a palavra para a Secretária Nacional de Assistência Social. A
180 Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris, Secretária Nacional de Assistência Social e
181 Representante do Ministério da Cidadania – MC, cumprimentou a todos e ilustrou que essa

182 trajetória representa um acúmulo de debates que o CNAS vem desenvolvendo na relação do SUAS
183 com o Sistema de Justiça, destacando que o que estão consolidando representa o dever de
184 cumprimento do papel na relação institucional. Além disso, postulou que esse diálogo representa a
185 redução de barreiras para os usuários e para os trabalhadores e registrou que as estratégias de
186 elaboração de pactos com novos atores têm dado certo, exemplificando. Afirmou que o
187 aprimoramento da relação do SUAS com o Sistema de Justiça é uma agenda permanente e destacou
188 todos os esforços que estão sendo feitos pelo Ministério da Cidadania - MC, especialmente, pelo
189 Ministério Osmar Terra para manutenção da rede socioassistencial, comunicando que 100% dos
190 recursos do orçamento foram desbloqueados. Abrindo para manifestações, a Conselheira Vanda
191 Anselmo Braga dos Santos, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
192 Assistência Social – CONGEMAS, parabenizou a iniciativa da Comissão de Política de Assistência
193 Social e arrazoou que é necessário pensar como fazer com que os estados executem a sua função da
194 execução dos serviços da Proteção Social Especial. Destacou que é imprescindível dá as condições
195 estruturantes objetivas para efetivar os pactos, ponderando que não consegue visualizar essa questão
196 hoje e externou a sua satisfação em saber que o diálogo está afunilando para a perspectiva de apenas
197 não penalizar as equipes da rede socioassistencial. A Conselheira Solange Bueno, Representante do
198 Fórum Nacional dos Usuários do SUAS, entendeu que é muito importante que o Sistema de Justiça
199 esteja consciente da falta de financiamento e que a prevenção teria que ser sempre a bandeira de
200 luta para diminuir os casos de medidas socioeducativas em meio fechado. O Conselheiro Clóvis
201 Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, pontuou a
202 importância de ter sido destacado que as carretas do estado do Paraná contemplam a acessibilidade
203 e relatou que é salutar que os trabalhadores tenham garantidas as condições para realizar o
204 acompanhamento e o acolhimento de forma a gerar uma mudança positiva. A Sra. Liliane do Carmo
205 Neves compreendeu que é necessário um amadurecimento entre os Sistemas de Garantia de
206 Direitos, de Assistência Social e de Justiça, a fim de que suas as ações sejam aproximadas e a Sra.
207 Denise Colin informou que existe um pacto no sentido de elaborar cursos em EaD e participar de
208 alguns eventos dos grupos do CNMP, entendendo que a capacitação pode ser dada em várias
209 vertentes. Explanou que identificar as causas das vulnerabilidades e dos riscos é a ideia das reuniões
210 continuadas em rede e que, devem pensar em protocolos e fluxos a partir da realidade concreta de
211 cada localidade. O Sr. Tadeu Átila Mendes salientou que a integração do Sistema de Justiça nos
212 demais sistemas é uma questão primordial e notificou que existe uma parceira muito positiva no

213 estado com esse sistema, colocando a disposição os protocolos e experiências apresentadas. O Sr.
214 Jairo Pisol ponderou que o governo é uma correlação de forças, sendo que a intensa relação entre o
215 Sistema de Justiça e o SUAS é motivada pelo subfinanciamento da Política de Assistência Social. A
216 Sra. Rosana Viegas inferiu que não existe outro caminho a não ser o diálogo, para gerar uma
217 verdadeira mudança de paradigma e a Sra. Lígia Prado da Rocha reiterou que a Defensoria Pública
218 está aberta para contribuir com o CNAS e solicitou que os protocolos e os fluxos tenham
219 efetividade. **ENCERRAMENTO 19/11/2019:** A Vice-Presidente Maria Yvelonia dos Santos
220 Araújo Barbosa agradeceu a participação de todos e encerrou o primeiro dia da 281ª Reunião
221 Ordinária do CNAS. **ABERTURA 20/11/2019:** A Presidente Aldenora Gomes González iniciou o
222 segundo dia de reunião cumprimentando a todos e solicitou que a Secretária-Executiva Substituta
223 do CNAS realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, a Vice-Presidente Maria
224 Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa cumprimentou todos os conselheiros, a equipe da Secretaria-
225 Executiva do CNAS e os convidados presentes e desejou uma reunião com excelentes ações e
226 resultados. A Presidente Aldenora Gomes González deu as boas-vindas à nova conselheira, Sra.
227 Solange Teixeira, Representante do Ministério da Cidadania – MC e relatou que a pauta está
228 composta pelos seguintes itens: Dia 20/11/2019: das 9h00 às 09h30 - Aprovação da ata da 280ª
229 Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 281ª Reunião Ordinária do CNAS; das 9h30 às 10h30 -
230 Informes da Presidência/Secretaria-Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros;
231 10h30 às 12h00 - Apresentação da Política Nacional sobre Drogas; das 14h00 às 18h00 -
232 Orçamento 2019/2020. Dia 21/11/2019: 9h00 às 10h30 Relato da Mesa Diretora; 10h30 às 12h00 -
233 Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00 às 15h00 -
234 Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 15h00 às 16h00
235 - Relato da Comissão de Normas da Assistência Social; das 16h00 às 17h00 - Relato da Comissão
236 de Política da Assistência Social; das 17h00 às 18h00 - Relato da Comissão de Acompanhamento
237 de Benefícios e Transferência de Renda. Colocou para apreciação dos conselheiros a ata da 280ª
238 Reunião Ordinária do CNAS e a pauta da 281ª Reunião Ordinária do CNAS, as quais foram
239 aprovadas por unanimidade. Sugeriu que os informes da Presidência/Secretaria-Executiva, MC,
240 FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros sejam encaminhados aos *e-mails* dos conselheiros, o
241 que foi aprovado por unanimidade. Notificou que os convidados para apresentação da Política
242 Nacional sobre Drogas não poderão estar presentes nessa reunião, sendo que estão sugerindo incluir
243 a discussão sobre a programação das Reuniões Regionais do CNAS, que serão realizadas em

244 dezembro/2019. Propôs que a discussão sobre a programação das Reuniões Regionais do CNAS
245 seja realizada após o Orçamento 2019/2020 e que, no período da manhã, os conselheiros sejam
246 divididos em grupos para realizar uma incidência na Câmara dos Deputados e no Senado Federal
247 em defesa do SUAS. A Vice-Presidente Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa relatou que, na
248 reunião da Mesa Diretora, foi colocada a preocupação com relação ao entendimento de alguns
249 parlamentares da não necessidade das emendas parlamentares serem voltadas para a Assistência
250 Social diante o descontingenciamento dos recursos. Arrazoou que houve o entendimento de que
251 existe a necessidade de um movimento anterior a votação do PLN nº 42/2019, que será realizado no
252 período da tarde deste dia, para novamente sensibilizar os deputados e os senadores quanto à
253 necessidade das emendas continuarem voltadas para a Assistência Social, uma vez que não houve
254 aumento de receita. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris destacou que o que está preste
255 a ocorrer, no Congresso Nacional, é uma grande ameaça ao SUAS e comunicou que o Ministro
256 Interino, Sr. Lelo Coimbra, está realizando todos os esforços necessários com os deputados e
257 senadores para a não retiradas das emendas, entretanto, observou que existe uma imagem de que o
258 desbloqueio dos recursos pelo Ministério da Economia seria suficiente para cobrir as contas, o que
259 não é verdade. Explanou que é necessário levar a informação de que é fundamental preservar a
260 natureza do desbloqueio dos recursos, que ainda não serão suficientes diante a existência de
261 passivos de anos anteriores. Ponderou que a Deputada Carmen Zanotto está vendo a possibilidade
262 de o CNAS participar da votação do PLN nº 42/2019. Abrindo para as manifestações, o Conselheiro
263 Josenildo André Barboza, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
264 Assistência Social – CONGEMAS, questionou sobre a possibilidade da Secretária Nacional de
265 Assistência Social e da Presidente do CNAS gravarem um vídeo com essas informações, para que
266 consigam mobilizar o país e chegar mais facilmente aos deputados. O Conselheiro Clóvis Alberto
267 Pereira sugeriu que os grupos sejam divididos de acordo com a composição das comissões e a
268 Conselheira Tathiane Aquino de Araujo, Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans do
269 Brasil – REDTRANS, complementou que o vídeo possibilitará que a informação chegue
270 rapidamente aos deputados. A Presidente Aldenora Gomes González afirmou que gravará o vídeo
271 com a Secretária Nacional de Assistência Social e solicitou que os conselheiros procurem os
272 parlamentares que possuem contato mesmo que não sejam membros da Comissão Mista de Planos,
273 Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para que eles possam mobilizar a garantia dos
274 recursos. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos

275 Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS, informou que, juntamente com a
276 Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos, havia articulado para realizar uma reunião no
277 horário do almoço com um deputado, ponderando que outros conselheiros poderão participar caso
278 houver interesse. Realizada a incidência no Congresso Nacional, a Presidente Aldenora Gomes
279 González parabenizou a todos pelo movimento realizado acerca do orçamento da Assistência
280 Social. Informou que, diante todo esse movimento, a Sra. Sandra Sato não poderá comparecer a
281 reunião e questionou a Coordenadora da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
282 Social sobre a possibilidade de deixar o relato de sua reunião para amanhã, para iniciar a discussão
283 sobre a programação das Reuniões Regionais do CNAS e realizar os relatos das reuniões da
284 Comissão de Política da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
285 Transferência de Renda por motivo de saúde. Havendo concordância da Coordenadora da Comissão
286 de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, solicitou que a Secretária-Executiva
287 Substituta do CNAS realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, passou a discussão
288 sobre a programação das Reuniões Regionais do CNAS. A Conselheira Mirian da Silva Queiroz
289 Lima, Representante do Ministério da Cidadania – MC, comunicou que coordenou a reunião da
290 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social devido a Coordenadora e a
291 Coordenadora-Adjunta estarem de férias e explanou que a Comissão abordou os seguintes temas
292 para serem tratados nas reuniões regionais: apoio técnico e o fortalecimento das Secretarias-
293 Executivas dos Conselhos de Assistência Social e o Plano de Assistência Social. Entretanto,
294 observou que, na reunião da Mesa Diretora, a Presidente Aldenora Gomes González colocou sobre
295 a importância de tratar também um momento de escuta sobre como os estados estão avaliando os
296 desafios frente à situação econômica de financiamento e do aumento da pobreza. Discorreu que foi
297 elaborada uma minuta de cronograma para as reuniões, com as seguintes definições: Reunião
298 Regional da Região Norte, local: Macapá/AP, data: 10 e 11/12/2019; Reunião Regional da Região
299 Nordeste, local: São Luis/AM, data: 16 e 17/12/2019; Reunião Regional da Região Sul/Sudeste,
300 local: Foz do Iguaçu/PR, data: a definir; Reunião Regional da Região Centro-Oeste, local:
301 Valparaíso/GO, data: a definir. Arrazoou que foram elaboradas as seguintes sugestões de temas:
302 Papel do Controle Social; Financiamento; Plano de Assistência Social; Funcionamento das
303 Secretarias-Executivas. Explicou que o objetivo geral seria orientar, colher impressões regionais e
304 debater sobre o papel dos Conselhos de Assistência Social nos seguintes temas da: (1) incidência
305 política para o financiamento da Assistência Social; (2) importância dos Planos de Assistência

306 Social como instrumento político; (3) e estruturação e funcionamento das secretarias-executivas dos
307 Conselhos de Assistência Social. Apresentou a metodologia sugerida para as reuniões e relatou que
308 foi proposta a seguinte programação: Primeiro Dia – Manhã (Tema I - Incidência Política para o
309 Financiamento da Assistência Social): das 08h00 às 11h00 – Credenciamento; das 09h00 às 10h00
310 – Abertura; das 10h00 às 11h00 – Palestra; das 11h00 às 13h00 – Debates. Tarde (Tema II -
311 Importância dos Planos de Assistência Social como Instrumento Político): das 14h30 às 15h30 –
312 Palestra; das 15h30 às 17h30 – Debates. Segundo Dia – Manhã (Tema III - Estruturação e
313 Funcionamento das Secretarias-Executivas dos Conselhos de Assistência Social): das 09h00 às
314 10h00 – Palestra; 12h30 – Avaliação e Encerramento. Informou que também houve a sugestão de
315 que a reunião seja feita em dois dias inteiros, nos períodos da manhã e da tarde, sendo que seria
316 realizada uma mesa regional no primeiro dia no período da manhã, em que os representantes de
317 cada estado poderiam externar quais são os desafios para o estágio atual da Política de Assistência
318 Social. Abrindo para manifestações, a Presidente Aldenora Gomes González solicitou que fosse
319 incluído o município de Maringá/PR como uma possibilidade de local para realização da Reunião
320 Regional da Região Sul/Sudeste, uma vez que o estado ainda decidirá qual será o local. Salientou
321 que possuem como proposta de data os dias 18 e 19 ou 19 e 20 de dezembro de 2019. Com relação
322 à Reunião Regional da Região Centro-Oeste, ponderou que possuem como indicativo os municípios
323 de Valparaíso/GO, Goiânia/GO e o Distrito Federal/DF e como proposta de data os dias 16 e 17 de
324 dezembro de 2019. A Conselheira Solange Teixeira, Representante do Ministério da Cidadania –
325 MC, defendeu que seja utilizada a metodologia com os dois dias inteiros de reunião, tendo em vista
326 que seria um processo mais rico a oportunidade de realizar uma discussão ampla sobre a realidade
327 local. A Conselheira Aline Araújo Silva, Representante do Fórum Nacional dos Secretários (as) de
328 Estado da Assistência Social – FONSEAS, comentou que existe um esvaziamento quando é
329 colocado o horário de debate às 12h00 e uma dificuldade de encontrar uma alimentação de melhor
330 qualidade quando é estabelecido o horário do almoço de 13h00 as 14h30. Compreendeu que a
331 forma como está escrita a ementa dá um direcionamento para assessoramento técnico de uma
332 equipe técnica ao invés de direcionar para realização do debate do papel do controle social frente
333 aos temas e sugeriu acrescentar a orientação aos estados e aos municípios de qual é o papel das
334 secretarias-executivas no processo de suporte aos conselhos. A Presidente Aldenora Gomes
335 González lembrou que a estrutura das reuniões regionais é muito diferente da estrutura das reuniões
336 descentralizadas, uma vez que participam apenas seis representantes de cada conselho estadual, a

337 secretária-executiva e representantes dos conselhos de capitais. A Conselheira Norma Suely de
338 Souza Carvalho, Representante da CAPEMISA - Instituto de Ação Social, compreendeu que a
339 segunda proposta de dois dias inteiros de reunião é muito bem-vinda e concordou que devem rever
340 as ementas, para que possam atender as demandas e fazer uma leitura além da questão técnica.
341 Intuiu que seria importante que o CNAS realizasse um destaque do papel de incidência política para
342 os conselhos presentes. A Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa, Representante da Federação
343 Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas –
344 FENATIBREF, ponderou que é necessário fazer um movimento mais político, entretanto, observou
345 que é salutar informar e orientar sobre a situação de cada regional referente aos seus planos e à
346 estruturação da Secretaria-Executiva. A Presidente Aldenora Gomes González considerou que já foi
347 aprovado que as reuniões regionais serão realizadas nos quatro turnos dos dois dias e explanou que
348 é necessário pensar qual seria a nomenclatura referente ao diálogo local. A Conselheira Vanda
349 Anselmo Braga dos Santos entendeu que o relato da reunião da Comissão poderia trazer alguns
350 subsídios norteadores para as reuniões regionais e que, poderiam abordar o panorama atual trazendo
351 o cenário econômico do SUAS e dos conselhos no primeiro momento. A Conselheira Mirian da
352 Silva Queiroz Lima concordou que faria sentido realizar primeiro o relato da reunião da Comissão
353 de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, sugerindo que a programação das
354 reuniões regionais seja apreciada posteriormente ao relato. A Conselheira Vitória Batista Silva,
355 Representante do Ministério da Cidadania – MC, informou que está fazendo algumas visitas
356 técnicas para verificar a execução fundo a fundo em alguns municípios e tem observado um grande
357 despreparo dos conselhos do seu real papel perante o município, especialmente dos conselhos em
358 capitais. A Conselheira Solange Teixeira sugeriu que fosse pensada uma oficina para que pudessem
359 rascunhar um plano e uma maneira de assegurar a estrutura necessária para o funcionamento dos
360 conselhos. A Conselheira Mirian da Silva Queiroz informou que existem algumas limitações que
361 impede a realização de uma oficina e a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima discorreu que
362 seria importante realizar uma oficina sobre como executar o controle social desse plano. A
363 Presidente Aldenora Gomes González explicou que a Comissão trará junto com a apresentação do
364 relato da sua reunião a nova estrutura para as reuniões regionais com todas as considerações e a
365 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera observou que não será realizada a Reunião
366 Descentralizada e Ampliada do CNAS, sugerindo aumentar o número de conselheiros nacionais
367 participantes. A Presidente Aldenora Gomes González esclareceu que existe a proposta de

368 indicação de dois conselheiros representantes da sociedade civil e de dois conselheiros
369 representantes do governo para participarem das reuniões regionais ao invés de um conselheiro de
370 cada representação, solicitando que a conselheira apresente uma nova proposta sugerindo a
371 participação de todos os conselheiros. Seguindo para o relato da II Reunião da Comissão de Política
372 de Assistência Social, realizada no dia 19 de novembro de 2019, o Conselheiro Benedito Augusto
373 de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da
374 CUT - CNTSS/CUT, expôs os conselheiros, convidados, ouvintes e membros da Secretaria-
375 Executiva do CNAS presentes e indicou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.
376 Continuidade do debate sobre a Relação do SUAS com o Sistema de Justiça. Encaminhamentos: 1.
377 A Diretoria de Relação com o Sistema de Garantia de Direitos da Subsecretaria de Assistência
378 Social da SMASAC de Belo Horizonte/MG encaminhará para o CNAS os documentos relacionados
379 à sua atuação para conhecimento dos conselheiros da Comissão; 2. A Comissão propõe encaminhar
380 à SNAS/MC as contribuições e considerações apresentadas pelos expositores do Painel:
381 Institucionalização de normativas, protocolos e instrumentos de regulamentação do SUAS com o
382 Sistema de Justiça, para que possa ser avaliada a viabilidade de inclusão na Agenda de
383 Aprimoramento da Relação SUAS e Sistema de Justiça: aprimoramento de parâmetros nacionais
384 para o trabalho social com famílias e no cumprimento de medidas socioeducativas; mapeamento e
385 especificação dos serviços e equipamentos das políticas sociais, local e regional; fortalecimento do
386 trabalho em rede intersetorial e interinstitucional; constituição da Rede de Proteção Social composta
387 por órgãos gestores das políticas sociais setoriais e de defesa de direitos, e do Sistema de Justiça;
388 instituição de sistemas de informação compartilhados que integram o SUAS e o Sistema de Justiça
389 (experiência de Cascavel); construção de Fluxos Operacionais Interinstitucionais a partir da
390 consideração das especificidades locais e regionais; do papel dos diferentes integrantes da rede; das
391 necessidades da pessoa/família que sofreu a violação dos direitos, com a formalização através de
392 protocolos de atendimento integrado, com especificação das responsabilidades de cada órgão e dos
393 fluxos de encaminhamento por temática; transformação da Nota Técnica SNAS nº 02/2016 em uma
394 resolução do CNAS, que possa subsidiar a publicação posterior de uma portaria/decreto pelo
395 Ministério da Cidadania; estabelecimento de protocolo entre Ministérios da Cidadania, de Direitos
396 Humanos, Saúde e Justiça sobre o fluxo das denúncias do Disque 100 e 180; realização de
397 orientação técnica em conjunto com o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, Conselho
398 Federal de Psicologia - CFP e Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS sobre os relatórios

399 técnicos no SUAS; estabelecimento de parceria da SNAS com o CNMP, CNJ e DPU para
400 realização de cursos de capacitação permanente - presencial, cursos EaD e eventos envolvendo os
401 públicos do SUAS e do Sistema de Justiça. Item 2. Apresentação pela SNAS da Nota Informativa
402 sobre as tratativas da construção da relação SUAS e Sistema de Justiça em âmbito Federal
403 (realizações, desafios e perspectivas). Encaminhamento: Apresentação da referida Nota Informativa
404 será feita na reunião da Comissão em dezembro. Item 3. Informes. Item 4. Definição da pauta de
405 dezembro/2019: Apresentação pela SNAS da Nota Informativa sobre as tratativas da construção da
406 relação SUAS e Sistema de Justiça em âmbito Federal (realizações, desafios e perspectivas);
407 Discussão sobre a viabilidade das contribuições e considerações apresentadas pelos expositores do
408 Paine! Institucionalização de normativas, protocolos e instrumentos de regulamentação do SUAS
409 com o Sistema de Justiça; Discussão do Projeto de Lei – PL 00147/2019 - Acresce o art. 24-D à Lei
410 nº 8.742, de 1993, para instituir o Serviço de Proteção e Atendimento à Maternidade e à Primeira
411 Infância e dá outras providências. Abrindo para manifestações, a Conselheira Sandra Regina
412 Ferreira Barbosa salientou a importância do movimento realizado referente ao orçamento e
413 compreendeu que houve um momento muito rico com a apresentação das experiências e com a
414 participação da DPU e do CNMP. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da II Reunião da
415 Comissão de Política de Assistência Social foi aprovado por unanimidade. A Presidente Aldenora
416 Gomes González lembrou que foi consensuado que não seria mais realizada a impressão de
417 materiais na última reunião e comunicou que todos os conselheiros possuem acesso ao *link* de todos
418 os relatos. Explicou que a coordenação da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
419 Transferência de Renda é governamental, destacando que a Conselheira Solange Teixeira assumirá
420 a sua coordenação. Prosseguindo para o relato da II Reunião Extraordinária da Comissão de
421 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, realizada no dia 18 de novembro de
422 2019, a Conselheira Solange Teixeira expôs os conselheiros, convidados, ouvintes e membros da
423 Secretaria-Executiva do CNAS presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de
424 pauta: Item 1. Discussão da Proposta de Nota Técnica Conjunta SNAS-MC/INSS-ME/CNAS.
425 Encaminhamento: A Secretaria-Executiva do CNAS enviará a nova versão da Nota para os
426 integrantes da Comissão; para o Francis e para o ponto focal do INSS, Aílton Nunes de Matos
427 Junior, com o prazo de envio de contribuições até o dia 27 de novembro, com o objetivo de
428 aprovação final da Nota na Reunião no Pleno do CNAS, após ajustes finais na reunião da Comissão
429 em 02/12/2019. Item 2. Definição da pauta da reunião da Comissão – 02/12/2019: Eleição da

430 Coordenação da CABTR (representação governamental); Aprovação da proposta de Nota Conjunta
431 SNAS-MC/INSS-ME/CNAS; Impactos da Medida Provisória nº 905/2019 no atendimento do
432 público do BPC. Não havendo nenhum comentário, o relato da II Reunião Extraordinária da
433 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foi aprovado por
434 unanimidade. A Presidente Aldenora Gomes González realizou a convocação oficial dos
435 conselheiros que compõe a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de
436 Assistência Social para análise dos trabalhos já realizados, das 15h00 às 17h00, no dia 21 de
437 novembro de 2019, para que possam convocar a próxima reunião para o mês de fevereiro/2020.
438 Observou que podem adiantar o relato da II Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social,
439 realizada no dia 19 de novembro de 2019, caso os conselheiros concordarem. Havendo
440 concordância em adiantar o relato, a Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho elencou os
441 conselheiros, convidados, ouvintes e membros da Secretaria-Executiva do CNAS presentes e
442 relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Apresentação do Departamento da
443 Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MC do 3º Relatório trimestral/2019 com as
444 informações sobre os processos de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social,
445 conforme disposto no art. 1º da Resolução CNAS nº18/2011. Encaminhamento: Encaminhar o 3º
446 relatório trimestral/2019 com as informações sobre o processo de certificação de Entidades de
447 Assistência Social apresentado pelo DRSP, para os Conselhos Estaduais de Assistência Social e
448 para o CAS-DF, conforme disposto no §2º do art. 3º da Resolução CNAS nº 18/2011. Item 2.
449 Definição da pauta de dezembro/2019: Dar continuidade a revisão do Plano de Ação da Comissão
450 de Normas; Propor a metodologia que será utilizada para discussão sobre Cadastro Nacional de
451 Entidades de Assistência Social- CNEAS. Abrindo para manifestações, a Conselheira Rozangela
452 Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de
453 Adolescentes – FEBRAEDA, solicitou que fosse acrescentado a seguinte redação em relação ao
454 Acórdão TCU 0823/2018: “... crie medidas de incentivo para que as entidades de assistência social
455 preencham os seus dados no CNEAS.”. Solicitou também que seja retomada a questão do Plano
456 Decenal, incluindo a seguinte redação: “... que foi reforçada a Meta 5.8 do Plano Decenal de
457 Assistência Social 2016/2016 que trata da institucionalização do vínculo SUAS e o aprimoramento
458 da parceira com as entidades e organizações de assistência social.”. O Conselheiro Clóvis Alberto
459 Pereira solicitou que fosse incluído, na sua fala, que qualquer imprevisão do sistema ou do processo
460 não pode penalizar as entidades e por consequências os usuários da Assistência Social. Não

461 havendo mais nenhum comentário, o relato da II Reunião da Comissão de Normas da Assistência
462 Social foi aprovado por unanimidade. A Presidente Aldenora Gomes González lembrou que
463 amanhã terão a seguinte pauta: das 09h00 às 10h00 – Relato da Mesa Diretora; das 10h00 às 12h30
464 – Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social e a Discussão
465 sobre a Programação das Reuniões Regionais do CNAS; das 14h00 às 15h00 – Relato da Comissão
466 de Financiamento e Orçamento de Assistência Social; das 15h00 às 17h00 – Reunião da Comissão
467 de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social.
468 **ENCERRAMENTO 20/11/2019:** A Presidente Aldenora Gomes González agradeceu a presença
469 de todos e encerrou o segundo dia da 281ª Reunião Ordinária do CNAS. **ABERTURA 21/11/2019:**
470 A Presidente Aldenora Gomes González iniciou o terceiro dia de reunião cumprimentando a todos e
471 solicitou que a Secretária-Executiva Substituta do CNAS realizasse a verificação do quórum.
472 Verificado o quórum, solicitou que fosse realizado o relato da II Reunião da Comissão de
473 Financiamento e Orçamento da Assistência Social, realizada no dia 19 de novembro de 2019. A
474 Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos elencou os conselheiros, convidados e membros da
475 Secretaria-Executiva do CNAS presentes e arrazoou que foram debatidos os seguintes itens: Item 1.
476 Acompanhamento do Orçamento 2019 e 2020 e apresentação do estudo realizado sobre os impactos
477 do desfinanciamento do SUAS. Encaminhamentos: 1. Solicitar à SPOG relação dos parlamentares
478 que apresentaram emendas ao PLN 42/2019 redirecionando valores que seriam destinados à
479 Assistência Social; 2. Elaborar documento e encaminhar para os Parlamentares que apresentaram
480 emendas ao PLN 42/2019, esclarecendo a importância do recurso na manutenção dos serviços
481 ofertados pela rede socioassistencial; 3. Agendar audiência com os deputados que apresentaram
482 emendas ao PLN 42/2019; 4. Solicitar à SPOG relação dos parlamentares que apresentaram
483 emendas individuais destinadas à Assistência Social para o exercício de 2020; 5. Monitorar o PLN
484 42/2019 e fazer incidência. Item 2. Revisão do Plano de Ação. Tendo em vista o horário reduzido
485 para os trabalhos das Comissões, os Conselheiros optaram por pautar o assunto na reunião de
486 dezembro. Item 3. Apresentação da situação das obras de estruturação da rede de proteção social
487 especial e básica, por município. Encaminhamentos: 1. Solicitar ao FNAS a apresentação do quadro
488 dos saldos em conta da proteção social básica e especial relacionado aos serviços de outubro-2019 e
489 se não for possível, o relatório de setembro. Pautar em dezembro; 2. Solicitar ao FNAS os valores
490 (em reais) das ações de estruturação da rede de 2016 até 2019; 3. Articular junto ao FNAS
491 estratégias de apoio aos municípios e estados com dificuldades de execução das ações de

492 estruturação da rede. Item 4. Apreciação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira da
493 Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. Tendo em vista o horário
494 reduzido para os trabalhos das Comissões, os Conselheiros optaram por pautar o assunto na reunião
495 de dezembro. Item 5. Definição da pauta de dezembro/2019: Revisão do plano de ação;
496 Acompanhamento do Orçamento 2019 e 2020; Apreciação do Relatório de Execução Orçamentária
497 e Financeira da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social – 3º Trimestre;
498 Monitoramento de execução das metas do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo
499 do Trabalho – ACESSUAS Trabalho – 2º Semestre; Apresentação do quadro dos saldos em conta
500 da proteção social básica e especial; Definição da pauta de fevereiro/2020. Abrindo para as
501 manifestações, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira compreendeu que alguns números do quadro
502 nacional sobre as situações das obras por ano se confrontam com o quadro das regiões e o
503 Conselheiro Marcos Maia Antunes, Representante do Ministério da Cidadania – MC, esclareceu
504 que o total de obras está como não iniciada no quadro nacional. Não havendo mais nenhuma
505 manifestação, o relato da II Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
506 Social foi aprovado por unanimidade. Iniciando o relato da Reunião da Mesa Diretora do CNAS, a
507 Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima expôs os participantes e membros da Secretaria-
508 Executiva do CNAS presentes e informou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.
509 Conferências de Assistência Social: 1.1. Deliberações das Conferência Municipais e Estaduais de
510 Assistência Social. O CNAS tem recebido deliberações, relatórios, recomendações e outros
511 documentos de Conferências Municipais e Estaduais de Assistência Social. Encaminhamentos: 1. O
512 CNAS vai deliberar somente das conferências estaduais; 2. Informar aos Conselhos Municipais que
513 eles deverão encaminhar as deliberações para os CEAS; 3. A Secretaria-Executiva fará um
514 levantamento das deliberações das conferências estaduais e encaminhará para a Comissão de
515 Deliberações das Conferências; 1.2. Moções das Conferências de Assistência Social: 1.2.1.
516 Resoluções com as Deliberações e as Moções da XII Conferência Municipal de Assistência Social
517 de Americana/SP. Encaminhamento: Enviar para a Comissão de Política da Assistência Social;
518 1.2.2. O Conselho Municipal de Assistência Social de Passos/MG vem por meio de este enviar as
519 Moções deliberadas pela plenária da 10ª. Conferência Municipal de Assistência Social de Passos,
520 realizada no dia 11 de setembro de 2019. Encaminhamento: Enviar para Comissão de
521 Financiamento e Orçamento da Assistência Social; 1.2.3. XIII Conferência Estadual de Assistência
522 Social de Mato Grosso a Moção de Repúdio aprovada durante a Plenária Final da XII Conferência

523 Municipal de Assistência Social de Cuiabá. Encaminhamento: Enviar para Comissão de
524 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. 1.3. Solicitação de esclarecimentos pelo
525 Conselho Estadual de Assistência Social de Mato Grosso do Sul - CEAS/MS. Encaminhamento:
526 Independente do formato, o CNAS acolhe a demanda. 1.4. Solicitação de esclarecimentos do Fórum
527 Estadual de Usuários do SUAS dos Espírito Santo FEUSUAS/ES sobre uso do IGD - SUAS para
528 aquisição de diárias e passagens para trabalhadores do SUAS, gestores e conselheiros para
529 participação em eventos do SUAS. Encaminhamento: O CNAS não tem competência para se
530 manifestar sobre o assunto. Sugerir ao FEUSUAS que procura o Conselho Estadual de Assistência
531 Social para mais informações. 1.5. Questionamento da Secretaria de Município da Cidadania e
532 Assistência Social - SMCAS Rio Grande – RS. Encaminhamento: Responder que se deve seguir a
533 orientação da Portaria nº 7/2012 e legislações próprias do Município/Estado relativas ao assunto.
534 1.6. Convite para a XIII Conferência de Assistência Social do Distrito Federal período de 20 e 21 de
535 novembro de 2019, no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, das 8h00 às 17h00
536 horas. Encaminhamento: A Conselheira Vânia Machado esteve presente representando o CNAS.
537 Item 2. Outras moções: 2.1. O CFESS enviou Moção de Repúdio contra a precarização do trabalho
538 e assédio moral aos/às trabalhadores/as do SUAS na política de assistência social.
539 Encaminhamento: Enviar para a Comissão de Política da Assistência Social. 2.2. O CFESS enviou
540 Moção de Repúdio ao desmonte da seguridade social. Encaminhamento: Enviar para a Comissão de
541 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Item 3. Convites: 3.1. Audiência
542 Pública em Defesa do Direito à Assistência e do Financiamento Público a ser realizada no dia 26 de
543 novembro de 2019 em Brasília. Encaminhamento: Aprovada a participação da Presidente na
544 audiência sem ônus para o CNAS. 3.2. II Encontro Caruaruense de Cegos, "Desenvolvendo a
545 Autonomia com Foco na Inclusão" nos dias 13 a 15 de dezembro de 2019, será realizado nas
546 dependências do Center Plaza Hotel, no município de Caruaru/PE. Encaminhamento: Indicado o
547 Conselheiro Beto Pereira. 3.3. Seminário Nacional "Aprendizagem Profissional como Política
548 Pública Intersetorial", que acontecerá nos dias 02 e 03 de dezembro de 2019 na cidade de
549 Guaratinguetá, São Paulo – SP. Encaminhamento: A Mesa Diretora indica a conselheira Rozangela
550 Borota Teixeira, que terá suas passagens e diárias custeadas por sua entidade. Acrescenta-se que,
551 logo após o referido evento, a conselheira virá para a 282ª Reunião Ordinária, e o CNAS arcará
552 somente com as diárias de 04 e 05/12. Item 4. Indicação de um (a) conselheiro (a) titular e um (a)
553 conselheiro (a) suplente para compor a Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação

554 e à Seguridade Social do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Indicações da Mesa
555 Diretora: Titular: Jani Capibaribe. Suplente: Miriam Queiroz. Item 5. Formalização de
556 manifestação sobre a precarização e desvalorização dos trabalhadores do SUAS na Prefeitura de
557 Belford Roxo/RJ. Encaminhamento: Enviar para a Comissão de Política da Assistência Social. Item
558 6. Ofício nº 58/2019 do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre/RS.
559 Encaminhamento: Enviar para a Comissão de Normas de Assistência Social. Item 7. Carta do 45º
560 Encontro do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS DF de 04 de
561 outubro de 2019. Encaminhamento: Enviar para a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de
562 Assistência Social. Item 8. Informes: A Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa, por
563 meio do Ofício nº 1763/2019-GS, informa que o município de João Pessoa procedeu com a
564 regulamentação da Lei do Sistema Único da Assistência Social - SUAS Municipal.
565 Encaminhamento: Informar à Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa que o CNAS
566 tomou conhecimento. Item 9. Solicitação da conselheira Solange Bueno: A Conselheira, que integra
567 a Comissão de Conselhos, formalizou solicitação à Mesa Diretora para que seja indicada para uma
568 Reunião Regional do CNAS. Encaminhamento: Os conselheiros do segmento de usuários irão
569 decidir, entre eles, para qual regional cada um irá. Item 10. Pauta da 282ª Reunião Ordinária do
570 CNAS: Dia 02/12/2019 – Reunião de Comissão Temática: das 10h00 às 17h00 - Reunião da
571 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. Dia 03/12/2019 – 282ª
572 Reunião Ordinária do CNAS: das 09h00 às 16h00: Reunião da Comissão de Financiamento e
573 Orçamento da Assistência Social; Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
574 Assistência Social. Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social; Reunião da Comissão
575 de Política da Assistência Social; das 16h00 às 18h00 - Reunião da Mesa Diretora. Dia 04/12/2019
576 – Plenária - 282ª Reunião Ordinária do CNAS: das 09h00 às 09h30 - Aprovação da ata da 281ª
577 Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 282ª Reunião Ordinária do CNAS; das 09h30 às 10h30 -
578 Informes da Presidência/Secretaria-Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros;
579 das 10h30 às 12h00 - SUAS sem Racismo; das 14h00 às 18h00 - Medida Provisória 905/2019. Dia
580 05/12/2019 – Continuação Plenária - 282ª Reunião Ordinária do CNAS: das 09h00 às 10h30 -
581 Relato da Mesa Diretora; das 10h30 às 12h00 - Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento
582 da Assistência Social; das 14h00 às 15h00 - Relato da Comissão de Acompanhamento aos
583 Conselhos da Assistência Social; das 15h00 às 16h00 - Relato da Comissão de Normas da
584 Assistência Social; das 16h00 às 17h00 - Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das

585 17h00 às 18h00 - Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
586 Renda. Dia 06/12/2019 – Reunião Ordinária do CNAS: das 09h00 às 17h00 - Reunião do GT dos
587 Povos Indígenas; Reunião do GT de Tipificação para o Aprimoramento do Programa Primeira
588 Infância no SUAS. Item 11. Calendário do CNAS para 2020: Dia 02/01/2019 – Processo Eleitoral
589 da Sociedade Civil: Início do prazo para ingressar com o pedido de habilitação. Dia 04/02/2020 -
590 Processo Eleitoral da Sociedade Civil: Início do julgamento dos pedidos de habilitação. Dia
591 05/02/2020: Reunião das Comissões Temáticas. Dias 06 e 07/02/2020 - 283ª Reunião Ordinária do
592 CNAS. Dia 28/02/2020 - Processo Eleitoral da Sociedade Civil: Fim do prazo para ingressar com o
593 pedido de habilitação. Dia 03/03/2020 - Reunião Trimestral da CNAS com os CEAS e o CAS/DF.
594 Dia 04/03/2020 – Reunião das Comissões Temáticas. Dias 05 e 06/03/2020: 284ª Reunião Ordinária
595 do CNAS. Dia 13/03/2020: Processo Eleitoral da Sociedade Civil: Fim do prazo para julgamento
596 dos pedidos de habilitação. Dia 18/03/2020 - Processo Eleitoral da Sociedade Civil: Publicação das
597 decisões da Subcomissão de Habilitação. Do dia 19 a 25/03/2020 - Processo Eleitoral da Sociedade
598 Civil: Prazo para ingressar com o pedido de recurso. Dia 26/03/2019: Processo Eleitoral da
599 Sociedade Civil: Início para julgamento dos pedidos de recursos na Subcomissão de Recursos. Dia
600 03/04/2020 - Processo Eleitoral da Sociedade Civil: Fim do prazo para julgamento dos pedidos de
601 recursos. Dia 08/04/2020 - Processo Eleitoral da Sociedade Civil: Publicação das decisões da
602 Subcomissão de Recursos. Do dia 08 a 17/04/2020 - Processo Eleitoral da Sociedade Civil: Prazo
603 para ingressar com o pedido de reconsideração. Dias 14 e 15/04/2020 – Reunião Descentralizada e
604 Ampliada do CNAS. Dia 16/04/2020 – 285ª Reunião Ordinária do CNAS. Do dia 20 a 24/04/2020 -
605 Processo Eleitoral da Sociedade Civil: Prazo para julgamento dos pedidos de reconsideração. Dia
606 29/04/2020 - Processo Eleitoral da Sociedade Civil: Publicação do ato de homologação. Dia
607 05/05/2020 – Reunião das Comissões Temáticas. Dias 06 e 07/05/2020 – 286ª Reunião Ordinária
608 do CNAS. Dia 08/05/2020 - Processo Eleitoral da Sociedade Civil: Assembleia de eleição dos
609 representantes da sociedade civil 2020/2022. Dia 13/05/2020 - Processo Eleitoral da Sociedade
610 Civil: Publicação do resultado da assembleia de eleição. Dias 25 e 26/05/2020 – Reunião Regional.
611 Dias 28 e 29/05/2020 – Reunião Regional. Dia 03/06/2020 - Processo Eleitoral da Sociedade Civil:
612 Publicação da portaria de nomeação dos representantes da sociedade civil 2020/2022. Dia
613 08/06/2020 – Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF e Posse dos conselheiros da
614 gestão 2020/2022. Dias 09 e 10/06/2020 – 287ª Reunião Ordinária do CNAS. Dia 09/06/2020 –
615 Eleição e posse do Presidente. Dia 07/07/2020 – Reunião das Comissões Temáticas. Dias 08 e

616 09/07/2020 – 288ª Reunião Ordinária do CNAS. Dia 04/08/2020 - Reunião das Comissões
617 Temáticas. Dias 05 e 07/08/2020 – 289ª Reunião Ordinária do CNAS. Dia 08/09/2020 – Reunião
618 Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF. Dia 09/09/2020 - Reunião das Comissões
619 Temáticas. Dias 10 e 11/09/2020 – 290ª Reunião Ordinária do CNAS. Dia 06/10/2020 - Reunião
620 das Comissões Temáticas. Dias 07 e 08/10/2020 – 291ª Reunião Ordinária do CNAS. Dia
621 10/11/2019 - Reunião das Comissões Temáticas. Dias 11 e 12/11/2020 – 292ª Reunião Ordinária do
622 CNAS. Dia 09/12/2020 - Reunião das Comissões Temáticas. Dias 10 e 11/12/2020 – 293ª Reunião
623 Ordinária do CNAS. Item 12. Informe e encaminhamentos das reuniões das Comissões Temáticas
624 para deliberação da Mesa Diretora: 12.1. CAC: 12.1.1. Reuniões Regionais do CNAS Locais: 10 e
625 11/12: Regional Norte – Amapá; 16 e 17 de dezembro 2019: Regional Nordeste – São Luís/MA; 18
626 e 19 ou 19 e 20 de dezembro de 2019: Regional Sul e Sudeste – Maringá/PR; Centro-Oeste –
627 Goiânia/GO ou Brasília/DF. 12.1.2 Minuta de programação foi elaborada pela Comissão de
628 Acompanhamento aos Conselhos - CAC. 12.3. Comissão de Benefícios e Transferência de Renda.
629 Encaminhamento: Sugerir à Comissão pautar sobre a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro
630 2019. A referida MP constitui aprofundamento do movimento de contrarreforma do trabalho, que
631 vem se intensificando desde 2017, promovendo uma precarização ampliada das relações de
632 trabalho, permitindo uma maior desregulamentação das leis e garantias trabalhistas no país, as quais
633 vão desde a taxação de desempregados até a apropriação de parte de gorjetas de garçons e demais
634 trabalhadores; Convidar a FENAPS para reunião no dia 2 de dezembro de 2019 para debater o
635 assunto. 12.5. Comissão de Política. Encaminhamento: Socializar com os demais conselheiros sobre
636 a programação do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sudeste que será
637 realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 2019, em São Paulo. Abrindo para manifestações, a
638 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima questionou como será o processo de sistematização
639 das deliberações encaminhadas pelas Conferências Estaduais de Assistência Social e a Presidente
640 Aldenora Gomes González esclareceu que foi aprovado que o CNAS acolherá as deliberações das
641 conferências estaduais e seria posteriormente decidido qual seria o tratamento dado, sendo que existe
642 a proposta de que a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência
643 Social faça esse tratamento. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera lembrou que, no debate da
644 Mesa Diretora, foi decidido que a moção de repúdio do CFESS seria pautada na plenária e
645 compreendeu que não existe a necessidade de sobrecarregar a Comissão de Política da Assistência
646 Social com esse tema. A Presidente Aldenora Gomes González explicou que essa questão já está

647 contemplada na pauta da plenária de dezembro de 2019 e solicitou que fosse incluído como
648 encaminhamento. Externou a sua preocupação com relação ao tratamento do controle social,
649 salientando que a Comissão de Normas de Assistência Social terá um grande desafio. Relatou que
650 será acrescentado outro encaminhamento para responder o CMAS de Porto Alegre que o assunto
651 será tratado na Comissão de Normas em dezembro/2019 e será encaminhado ao CEAS/RS. A
652 Conselheira Aline Araújo Silva complementou que caberia uma orientação ao conselho municipal
653 de buscar uma assessoria jurídica, uma vez que o projeto de lei fere a Lei Orgânica da Assistência
654 Social - LOAS e o Conselheiro Josenildo André Barboza sugeriu que seja encaminhadas as
655 normativas jurídicas que tratam do assunto, para que tenham subsídios para realizar o
656 acompanhamento da tramitação do projeto. A Conselheira Vânia Maria Machado sugeriu que a
657 Carta do 45º Encontro do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS/DF
658 seja também encaminhada a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
659 Renda, por tratar sobre o BPC. A Presidente Aldenora Gomes González informou que foi discutida
660 a possibilidade de realizar um amigo secreto no dia 4 de dezembro de 2019 ao final da reunião,
661 colocando para apreciação dos conselheiros, o que foi aprovado por unanimidade. A Conselheira
662 Aline Araújo Silva justificou que não poderá comparecer na reunião da Comissão de
663 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e da plenária, ponderando que terá que
664 se organizar para participar das demais agendas. A Sra. Mirelle Campos da Silva Dantas,
665 Secretária-Executiva Substituta do CNAS, justificou as alterações realizadas no calendário de 2020
666 e a Conselheira Solange Teixeira observou que, no dia 09 de julho de 2020, será realizada a posse
667 da presidência e não apenas do presidente e compreendeu que não existe nenhum problema em
668 definir as datas das reuniões regionais e da reunião descentralizadas para o segundo semestre, uma
669 vez que a nova gestão poderá alterar caso houve necessidade. Após algumas discussões, os
670 conselheiros consensuaram em incluir as datas de realização das reuniões regionais e da reunião
671 descentralizada já definidas na 281ª Reunião Ordinária do CNAS para o segundo semestre. A
672 Conselheira Vânia Maria Machado compreendeu que podem retirar a Medida Provisória 905/2019
673 da pauta da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, uma vez que
674 está na pauta da plenária. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho compreendeu que devem
675 manter na pauta da Comissão, a fim de subsidiar as discussões na plenária e a Presidente Aldenora
676 Gomes González informou que não existe prazo hábil para convidar e custear a participação da
677 FENAPS para a reunião da Comissão. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera afirmou que a

678 entidade dos trabalhadores garantirá a participação da FENAPS e não havendo mais nenhum
679 comentário, o relato da Reunião da Mesa Diretora foi aprovado por unanimidade. Após várias
680 discussões, a Conselheira Vânia Maria Machado informou que mantém a sua proposta pela retirada
681 da Medida Provisória 905/2019, na medida em que não impacta na elaboração da nota técnica
682 conjunta. A Presidente Aldenora Gomes González colocou a proposta para apreciação dos
683 conselheiros membros da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda,
684 a qual foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos solicitou
685 alguns esclarecimentos sobre o processo eleitoral da sociedade civil e questionou sobre a
686 possibilidade do CNAS ter uma consultoria jurídica própria, tendo em vista as dificuldades com a
687 CONJUR/MC. A Presidente Aldenora Gomes González explicou que o CNAS aprovou a alteração
688 do seu regimento interno em junho de 2019, em que foi definido que todos os atos normativos
689 passariam pela CONJUR/MC, que possui um prazo para retorno. Explanou que é instalada uma
690 comissão para o processo eleitoral da sociedade civil composta apenas por representantes da
691 sociedade civil no último mandato com paridade nos três seguimentos para condução do processo,
692 que será criada a através de resolução. Complementou que, quando não há representantes
693 suficientes de cada segmento para compor a comissão eleitoral, é realizada uma busca nos
694 conselhos estaduais para complementar o número exigido de representantes de acordo com os
695 critérios já elaborados. Seguindo para o relato da II Reunião da Comissão de Acompanhamento aos
696 Conselhos de Assistência Social, realizada no dia 19 de novembro de 2019, a Conselheira Mirian da
697 Silva Queiroz Lima expôs os conselheiros, convidados e membros da Secretaria-Executiva do
698 CNAS presentes e relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Informes:
699 Demanda da Ouvidoria do Ministério da Cidadania e leitura da Carta de Porto Alegre, encaminhada
700 pelo Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS, por ocasião do
701 seu 45º Encontro. Encaminhamentos: 1. Encaminhar ao demandante da ouvidoria os materiais de
702 orientação sobre Eleições da Sociedade Civil e perguntar sobre quais os municípios estão nessa
703 situação; 2. Entrar em contato com o CEAS de GO após a resposta do denunciante; 3. Encaminhar a
704 Carta de Porto Alegre do FONACEAS para os conselheiros da CAC por *e-mail* e para todas as
705 coordenações do CNAS a fim de subsidiá-las para o debate dos temas lá tratados. Item 2.
706 Apresentação do Plano de Ação do Acórdão N° 2404/2017 com status de implementação pela
707 SNAS. Encaminhamento: Pautar para dezembro a continuação desse debate para a construção de
708 ações em conjunto. Item 3. Reuniões Regionais. Encaminhamento: Foi feita uma programação

709 preliminar que recebeu sugestões da plenária em 20/11/19. Com isso foi elaborada nova
710 programação a partir das observações realizadas, que segue para aprovação em plenária. Item 4.
711 Pauta da reunião de dezembro/2019: Realizar nova revisão do Plano de Ação da CAC a partir do
712 comparativo realizado entre as ações da CAC e da Coordenação de Gestão Descentralizada e
713 Participação Social do DGSUAS; Discussão sobre apresentações e conteúdos sugeridos pela
714 Secretaria-Executiva para as reuniões regionais de acordo com a programação aprovada em
715 plenária. Abrindo para manifestações, a Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos questionou
716 qual foi a incidência do Ministério da Cidadania - MC junto aos órgãos estaduais para acompanhar
717 os municípios que não possuem plano e discorreu que gostaria que fosse aprofundado a
718 responsabilidade de cada ente no CNAS. O Conselheiro Josenildo André Barboza observou que
719 existem 371 municípios que ainda não conseguiram comprovar que possuem um Plano de
720 Assistência Social e a Conselheira Aline Araújo Silva ponderou que o plano passou a ser uma
721 exigência aos municípios e aos estados a partir de 2017, entendendo que o indicativo de começar a
722 punir os municípios a partir de 2020 é algo que deve ser refletido considerando o caminho percorrido.
723 Questionou se essa exigência é apenas para estados e municípios, uma vez que a própria SNAS não
724 possui plano. O Conselheiro Marcos Maia Antunes esclareceu que a LOAS não exige plano para a
725 União e que, o acórdão se refere ao governo federal e não ao CNAS. Explicou que a questão da
726 paridade está sendo discutida com o Conselho e ainda não começaram o processo de interação com
727 os municípios referente ao fundo de assistência social para aplicar a impossibilidade de repasse de
728 recursos. Explicou que em dezembro/2019 haverá uma última interação com os municípios, para
729 posteriormente decidir qual será a providência tomada. A Conselheira Vanda Anselmo Braga dos
730 Santos relatou que sempre houve essa responsabilidade referente à existência do Plano de
731 Assistência Social no estado do Ceará e afirmou que não sabia da existência de estados com a
732 compreensão de que esses planos não eram uma exigência. A Conselheira Célia Maria de Souza
733 Melo Lima observou ficou surpresa em saber que os planos não era exigência em alguns estados e
734 informou como é realizado o trabalho no estado do Ceará em relação ao acórdão do TCU. A
735 Conselheira Aline Araújo Silva alegou que a exigência de plano como base para o cofinanciamento
736 passou a existir a partir de 2017 e que sempre foi orientada a sua elaboração. Compreendeu que
737 seria preocupante a explanação de que precisam se preocupar apenas com o art. 30 da LOAS, sendo
738 que a NOB/SUAS é uma norma aprovada pelo CNAS e cita que a união, os estados e os municípios
739 tem que elaborar os seus planos a cada quatro anos. O Conselheiro Marcos Maia Antunes ponderou

740 que havia a interpretação de que o plano de ação refletia um Plano de Assistência Social antes do
741 acórdão e a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima entendeu que os conselhos devem
742 lembrar ao órgão gestor sobre a necessidade de elaboração do plano e que, seria necessária a
743 elaboração de uma oficina sobre esse tema. A Presidente Aldenora Gomes González lembrou que
744 esse tema foi abordado nas reuniões regionais de 2018 e a Conselheira Solange Teixeira entendeu
745 que poderiam pensar como alcançar os 371 municípios que ainda não possuem Plano de Assistência
746 Social e estão correndo o risco de terem os seus recursos suspensos a partir de 2020. Realizadas
747 todas as manifestações sobre o tema, os conselheiros consensuaram pela inclusão do seguinte
748 encaminhamento: mobilizar os municípios em desconformidade em relação aos Planos de
749 Assistência Social para participação nas próximas reuniões regionais. A Presidente Aldenora
750 Gomes González informou que a Reunião Regional da Região Sul/Sudeste será realizada em
751 Maringá/PR nos dias 18 e 19 ou 19 e 20 de dezembro de 2019 e que a Reunião Regional da Região
752 Centro-Oeste será decidida entre Goiânia/GO ou Distrito Federal/DF. Explanou que foi realizada uma
753 reunião para discutir sobre a participação dos conselheiros nacionais, destacando que decidiram
754 manter o número anterior de um representante titular do governo e um da sociedade civil para não
755 inviabilizar as reuniões. Informou que a sociedade civil indicou os seguintes conselheiros:
756 Margareth Alves Dallaruvera – Reunião Regional da Região Norte; Irene Rodrigues da Silva –
757 Reunião Regional da Região Centro-Oeste; Aguinaldo Umberto Leal – Reunião Regional da Região
758 Nordeste; Tathiane Aquino de Araujo – Reunião Regional da Região Sul/Sudeste. A Conselheira
759 Mirian da Silva Queiroz Lima notificou que o Conselheiro Ayrton Maurício Azeredo Silva se
760 disponibilizou para a Reunião Regional da Região Sul/Sudeste ou da Região Nordeste e o
761 Conselheiro Marcos Maia Antunes para a Reunião Regional da Região Centro-Oeste. A
762 Conselheira Solange Teixeira compreendeu que seria muito importante a participação do
763 FONSEAS e do CONGEMAS, cedendo a vaga do seu suplente. A Conselheira Vanda Anselmo
764 Braga dos Santos sugeriu que fosse realizada uma contextualização do cenário nacional com recorte
765 regional na primeira mesa e ilustrou que os Planos de Assistência Social não é apenas um
766 instrumento político, sugerindo mencionar que é um instrumento de gestão. Compreendeu que o
767 funcionamento dos conselhos não é apenas as secretarias-executivas, propondo nomear o painel de
768 funcionamento dos conselhos e reportar a importância e as funções das secretarias-executivas. A
769 Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima ponderou que a Comissão colocou esse painel pensando
770 na demanda de fortalecimento das secretarias-executivas e defendeu a permanência dessa temática.

771 A Presidente Aldenora Gomes González concordou com a explanação anterior e a Conselheira
772 Solange Teixeira explanou que poucas secretárias-executivas tiveram a oportunidade de participar
773 das reuniões regionais e externou a sua preocupação de focar em um tema limitado quando
774 poderiam utilizar algo mais abrangente na ementa. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho
775 discorreu que concorda em manter o foco, para garantir a importância da participação da Secretaria-
776 Executiva nos conselhos e a Conselheira Solange Teixeira compreendeu que o nome do painel não
777 contempla o seu propósito, sugerindo alterá-lo para: “A importância das secretarias-executivas para
778 o funcionamento dos Conselhos de Assistência Social”, o que foi aprovado. Não havendo mais
779 nenhum comentário, o relato da II Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de
780 Assistência Social foi aprovado por unanimidade. A Presidente Aldenora Gomes González solicitou
781 que os membros da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de
782 Assistência Social permaneçam na sala para a reunião e postulou que será necessário ajustar um
783 valor para a confraternização de dezembro/2019, sugerindo o valor mínimo de R\$ 20,00 para cada
784 pessoa para o lanche. Propôs que o amigo secreto seja sorteado no momento da confraternização, o
785 que foi aprovado. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nenhum item de pauta a ser tratado, a
786 Presidente Aldenora Gomes González agradeceu a presença de todos e parabenizou todos os
787 conselheiros pela incidência realizada, encerrando a 281ª Reunião Ordinária do CNAS.

788

789

790

791

Aldenora Gomes González

792

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

793

794

Brasília/DF,

795

Novembro de 2019.